

## EMENDAS PARLAMENTARES

## Motta fala em discutir cortes

Segundo presidente da Câmara, Congresso tem capacidade de negociar redução de recursos, como forma de ajuste fiscal

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o Congresso Nacional não teria dificuldades em discutir um corte nas emendas parlamentares como forma de ajuste fiscal. As declarações ocorreram na manhã de ontem, durante evento sobre o atual cenário político brasileiro, realizado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Na ocasião, Motta defendeu as emendas parlamentares como instrumentos de

desenvolvimento e afirmou ser favorável à transparência na operação dos recursos. Por outro lado, considerou que o Congresso pode debater os seus cortes, caso outros ajustes também ocorram.

“Não estou aqui dizendo que o Congresso não tem a capacidade de discutir, se for para se fazer um grande ajuste fiscal, se discutir também um corte nas emendas”, declarou. “Agora, não se pode colocar a culpa disso tudo o que o país está vivendo só nas emendas. Eu concordo

que, quanto mais transparência a gente trazer para essa aplicabilidade, mais legitimidade nós vamos ter”, acrescentou.

Na sequência, Motta disse que o Parlamento pode adotar um corte, caso haja contribuição de outras partes. “Um corte de despesas, não tenho dificuldade de dizer que o Congresso discute isso com tranquilidade, porque, se todo mundo der a sua contribuição, por que o Congresso não vai dar? Agora, nós temos que discutir isso com responsabilidade

e não tem a menor dificuldade de nós defendermos”, sustentou.

## Supersalários

Durante o evento, o presidente da Câmara dedicou trechos do seu discurso para defender a responsabilidade fiscal. Ele disse que tem defendido uma agenda de corte de gastos e de responsabilidade fiscal junto ao governo federal.

De acordo com Motta, a questão da alta dos preços dos

alimentos estaria resolvida se o Brasil tivesse feito o que chamou de “dever de casa fiscal”.

“É claro que essa questão dos alimentos tem uma questão de safra no cenário internacional, mas muito se dá, também, por causa da alta cotação do dólar, que mexe muito na questão dos alimentos. Se nós fizéssemos o dever de casa fiscal, talvez esses problemas todos estivessem mais controlados.”

Entre os temas citados, estava, também, a necessidade de o

Congresso enfrentar a questão dos supersalários. “Esperamos que o Senado possa enfrentar os supersalários como a Câmara”, disse.

Estavam presentes no evento integrantes do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), como os secretários Gilberto Kasab (Relações Institucionais), Samuel Kinoshita (Fazenda) e Guilherme Afif Domingos (Projetos Estratégicos). Também compareceram o líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), e o deputado Danilo Forte (União-CE).

## Destino nebuloso de recursos

» MAIARA MARINHO

## Jogo de esconde

Apenas 14% das emendas Pix repassadas a estados e municípios, entre janeiro e junho de 2024, tiveram prestação de contas apresentada, o equivalente a R\$ 627 milhões. Os outros 86% do valor utilizado por prefeitos e governadores nessa modalidade de repasse têm destinação desconhecida, o que representa R\$ 3,8 bilhões. Os dados são da organização Transparência Brasil, solicitados pelo jornal *O Globo*.

De acordo com o levantamento, 22 das 27 unidades da Federação e 2.757 dos 5.570 municípios não prestaram contas da verba no primeiro semestre de 2024, período anterior às decisões do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu os repasses até que houvesse maior transparência e rastreabilidade

Na ação enviada ao Supremo, o PSol argumenta que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado é “um mecanismo que recebe a alcunha de emendas dos líderes, cujo objetivo é o de sempre: esconder quem é quem nas planilhas de bilhões de reais”. Nessa modalidade, os líderes partidários assinam indicações de dinheiro da União que deveriam ser discutidas e destinadas coletivamente.

das emendas parlamentares.

Devido às determinações de Dino, governo, Congresso e STF fecharam acordo para que o impasse fosse resolvido. A solução apresentada foi uma resolução aprovada no Parlamento, em meados do mês passado, para dar transparência à aplicação dos recursos. Na prática, porém, deixou brechas que permitem esconder os autores de emendas.

O texto aprovado exige apenas a assinatura dos líderes de bancada para esse tipo de repasse.

No dia seguinte, o PSol e o Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) apresentaram pedidos de explicações e criticaram a não obrigatoriedade de assinatura do autor da emenda, contrariando os princípios de transparência e o combate à corrupção.

## Explicação

Na ocasião, Dino deu um novo prazo para a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Congresso explicarem a resolução. O órgão do governo afirmou, na

sexta-feira passada, que elencou as medidas adotadas com o objetivo de assegurar a transparência e a rastreabilidade às indicações de emendas, “de forma a assegurar a natureza colegiada da indicação, sem excluir a possibilidade de haver indicação individual pelos demais parlamentares”, justificou o órgão.

A AGU ainda informou que, por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), disponibilizou um painel de informações sobre o montante empenhado e pago por modalidade de emenda entre agosto e dezembro de 2024.

Também na semana passada, Dino estabeleceu um prazo de 90 dias corridos para que os estados e municípios prestem contas dos 6.247 planos de trabalho cadastrados para recebimento de emendas Pix. Caso a medida não seja cumprida, os entes federativos serão impedidos de executar os recursos.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Dino recebeu as explicações da AGU sobre transparência de emendas

Informe Publicitário

Brasil perdeu **R\$ 20 bilhões** nos últimos anos, com a sonegação das mineradoras

**O Tribunal de Contas da União apurou e constatou.**

O mineral é seu. O prejuízo também!



### A mineração enriquece poucos, mas o prejuízo é de todos. A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) denuncia um rombo bilionário no pagamento da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).

De 2014 a 2021, R\$ 12,4 bilhões deixaram de ser arrecadados pela União, Estados e Municípios Mineradores e impactados pela atividade. A sonegação é histórica e se perpetua. Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) escancara o problema: 70% dos títulos minerários não pagam a CFEM. Entre os que pagam, há subavaliação e evasão de até 40,2%.

O prejuízo chega a R\$ 20 bilhões, montante que poderia ser investido em políticas públicas essenciais que beneficiariam milhares de pessoas. R\$ 20 bilhões não são apenas números. São 400 hospitais de médio porte, 5 mil escolas públicas, 6.000 km de estradas pavimentadas. É infraestrutura, saúde, educação e dignidade para milhões de brasileiros. Mas, em vez disso, vê-se a perpetuação de um modelo de arrecadação falho que permite que riquezas nacionais sejam extraídas sem a devida contrapartida.

O modelo atual permite que as próprias mineradoras declarem quanto devem, abrindo margem para distorções e subavaliações. A Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão responsável pela fiscalização, não tem estrutura suficiente para coibir essas práticas. Com um volume gigantesco de processos e apenas 17 fiscalizações realizadas em 2022, a ANM se vê impossibilitada de

cumprir seu papel, favorecendo um cenário de impunidade e evasão bilionária.

A AMIG protocolou uma denúncia no Ministério Público Federal (MPF) sobre o sucateamento da Agência Nacional de Mineração (ANM), destacando riscos econômicos, sociais e ambientais. A denúncia, de 10 de novembro de 2024, aponta que o subfinanciamento crônico da ANM viola a legislação, com um orçamento de R\$ 136 milhões, bem abaixo dos R\$ 499,5 milhões necessários. A precariedade estrutural, falta de pessoal e recursos tecnológicos prejudicam a fiscalização do setor minerário, causando perdas bilionárias e aumentando o risco de novas tragédias. A AMIG cobra ações urgentes para reestruturar a agência.

A mineração é uma atividade essencial, mas seu impacto precisa ser compensado de forma justa, como prevê a legislação. A AMIG exige o fortalecimento imediato da ANM, com mais recursos, pessoal e tecnologia para garantir fiscalização rigorosa e evitar que bilhões continuem escorrendo pelo ralo da sonegação. Transparência na arrecadação e responsabilização para quem dribla suas obrigações são imperativos.

O Brasil não pode continuar aceitando esse prejuízo!



Faça sua parte!

amig.org.br

